

## PODER

# Gilmar quer Zema no inquérito das fake news

Decano do STF pede a Moraes para investigar o ex-governador por vídeo com sátira a ministros da Corte. Político mineiro rebate dizendo que “a carapuça serviu”

» RENATO SOUZA  
» DANANDRA ROCHA

Em mais um capítulo de uma crise institucional envolvendo o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso e líderes da direita, o ministro Gilmar Mendes, decano da Corte, pediu ao também ministro Alexandre de Moraes que incluía o ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), no inquérito das fake news.

A solicitação corre em sigilo no Supremo e foi enviada diretamente ao gabinete de Moraes, relator do inquérito que investiga a disseminação de desinformação e ataques contra a Corte e seus ministros.

O inquérito das fake news está em sigilo e frequentemente é criticado por políticos e juristas por ter sido aberto de ofício, ou seja, sem pedido do Ministério Público e pelo tempo alongado em que está tramitando, tendo sido instaurado por Dias Toffoli em 2019, quando ele ocupava a presidência do tribunal.

O pedido de Gilmar é uma reação a um vídeo publicado por Zema nas redes sociais. Na gravação, ele aponta o decano e Toffoli como “fantoques” em meio ao esquema fraudulento envolvendo o Banco Master.

Após receber a solicitação, Moraes encaminhou o caso para manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR). Após o posicionamento do órgão, o magistrado decide se acolhe ou não a solicitação.

Nos bastidores da mais alta Corte do país, a inclusão de Zema no inquérito é dada como certa, embora exista a rejeição por parte de alguns ministros, que entendem que o ex-governador poderia ser alvo de uma ação à parte, que poderia ser movida tanto por Toffoli quanto por Gilmar.

A solicitação feita por Gilmar foi revelada pela Folha de S. Paulo e confirmada pelo **Correio** junto a fontes no STF. O procedimento segue em sigilo e o ex-governador ainda não foi notificado.

Em reação, Zema voltou a atacar a Corte. Disse que o incômodo provocado pelo conteúdo publicado

Antonio Augusto/STF



Marcelo Camargo/Agência Brasil



Gilmar ressaltou que o vídeo de Zema “vilipendia” a imagem do Supremo e do próprio decano

## Saiba mais

### Vídeo faz sátira

O vídeo publicado pelo ex-governador de Minas Romeu Zema retratava uma conversa entre dois bonecos, caracterizados por desenhos de fantoches, que representariam os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes, do STF. No vídeo, Toffoli telefona para Gilmar e pede a ele que anule as quebras de sigilo de sua empresa, aprovada na CPI

indicaria que “a carapuça serviu”.

Houve repercussão também no Congresso. Em nota oficial, o líder da oposição na Câmara, deputado Cabo Gilberto (PL-PB), manifestou

do Crime Organizado do Senado.

Com um diálogo marcado por ironias e caricaturas, Gilmar responde que anularia as quebras e pede em troca uma cortesia no resort Tayayá, no qual Toffoli tinha participação acionária.

A sátira se baseia no fato de que Gilmar Mendes efetivamente proferiu decisão anulando as quebras de sigilo da Maridt. Essa é a empresa de Toffoli e dos irmãos do ministro que recebeu aportes de um fundo de investimento ligado ao ex-banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master.

preocupação com o pedido de investigação e apontou risco à liberdade de expressão. Para ele, a medida pode abrir precedente ao atingir um ex-chefe do Executivo

estadual por manifestações políticas, mesmo que críticas.

O documento afirma que a iniciativa transmite uma “mensagem perigosa” ao sugerir que opiniões públicas possam resultar em responsabilização judicial. A oposição também voltou a questionar a legalidade do inquérito, destacando sua abertura sem provocação do Ministério Público.

Em manifestação nas redes, o deputado federal Marcel van Hattem (Novo-RS) afirmou que o pedido não intimida o grupo político e classificou a iniciativa como “abuso” e “desproporcional”. Segundo ele, a reação do ministro teria sido motivada por um conteúdo de caráter satírico.

Outras lideranças se posicionaram. O senador Rogério Marinho (PL-RN) declarou solidariedade ao ex-governador e criticou o que chamou de uso prolongado de investigações como instrumento de pressão sobre agentes políticos.

## Cármem vota contra Eduardo Bolsonaro

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), acompanhou o relator Alexandre de Moraes e votou, ontem, pela condenação do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) por difamação contra a deputada Tabata Amaral (PSB-SP). Para os ministros, o filho de Jair Bolsonaro (PL) cometeu o crime ao publicar conteúdo falso nas redes sociais sobre uma proposta elaborada por Tabata para distribuição gratuita de absorventes em espaços públicos.

No voto, Moraes fixou pena de um ano de detenção para Eduardo, em regime inicial aberto, e 39 dias-multa, cada um equivalente a dois salários mínimos, ou seja, cerca de R\$ 126,4 mil nos valores atuais. Em razão do tamanho da pena, o cumprimento se iniciaria no regime aberto.

O caso está sendo analisado pelo plenário virtual da Primeira Turma desde a última sexta-feira. Com o voto de Cármem, o placar está em dois votos a zero pela condenação

do ex-deputado. Restam ainda os votos dos ministros Cristiano Zanin e Flávio Dino.

A ação foi aberta a partir de uma queixa-crime apresentada por Tabata ao STF, em março de 2023, após Eduardo compartilhar uma publicação em que sugeria que a deputada teria proposto a lei para beneficiar o empresário Jorge Paulo Lemann. Segundo o voto do relator, as informações divulgadas não tinham base factual e configuraram ofensa à reputação da parlamentar.

Em outubro de 2021, o então presidente Jair Bolsonaro, pai de Eduardo, vetou a distribuição gratuita de absorventes menstruais para estudantes de baixa renda em escolas públicas e pessoas em situação de rua ou extrema vulnerabilidade. Essa decisão provocou reações contrárias ao veto, inclusive da deputada Tabata Amaral.

No mesmo período, Eduardo compartilhou uma publicação no X (antigo Twitter), alegando que o posicionamento de Tabata

candidatura durante o pleito. Ela alegou que a desistência ocorreu por vontade própria, mas surgiram críticas a Flávio. Segundo informações obtidas pelo **Correio** por meio de uma fonte, a retirada teria sido articulada pelo próprio senador.

“Ela sofreu uma violência política. Obrigaram-na a retirar a candidatura, porque, caso o candidato Lula ganhasse, ela teria que carregar essa culpa pelo resto da vida”,

Rosinei Coutinho/STF



Cármem acompanhou o relator para condenar o deputado cassado

contra o veto ao projeto de lei tinha como intenção beneficiar Jorge Paulo Lemann. De acordo com a publicação, Tabata teria supostamente criado o projeto de lei sobre

absorventes e recebido financiamento de Lemann para sua campanha. O texto ainda alegava que o empresário era sócio da P&G, empresa que fabrica absorventes.

## Nova crise no clã do ex-presidente

» WAL LIMA

A eleição para a vaga no Tribunal de Contas da União (TCU), que consagrou, com larga margem de votos, o deputado Odair Cunha (PT-MG), provocou nova crise no clã Bolsonaro.

Indicada à vaga pelo pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL), a deputada Soraya Santos (PL-RJ) decidiu retirar sua

disse uma assessora que acompanhou de perto a disputa da parlamentar pela vaga ao TCU, fortalecida por diversos grupos de mulheres da ala bolsonarista, inclusive a própria ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Nas redes sociais, por sinal, Michelle compartilhou um story com a frase: “Soraya, o TCU seria muito melhor com você lá. Triste dia”. Com a retirada de Soraya, Flávio

passou a apoiar o deputado Elmar Nascimento (União-BA), que contou com apenas 96 votos, menos da metade do candidato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na disputa.

O movimento levou, além da derrota da oposição, críticas ao filho 01 por ter adotado um discurso em favor das mulheres como estratégia política e a abandonando na reta final da disputa na tentativa de ganhar a corrida pelo TCU.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## As eleições, a politização do STF e o iluminismo fora de lugar

No pequeno grande ensaio antropológico “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade” (DPA&A Editora), o sociólogo anglo-jamaicano Stuart Hall descreve a evolução do conceito de identidade a partir de três conceitos: o ser iluminista, o ser sociológico e o ser pós-moderno. Hall argumenta que a identidade humana passa por um processo de descentramento e fragmentação. O ser iluminista é o indivíduo centrado, unificado, dotado de razão, consciência e ação; acredita que um núcleo interior nasce com o indivíduo, desenvolve-se e permanece o mesmo ao longo da vida. Trata-se de uma concepção individualista, na qual a pessoa é autônoma e sua identidade é fixa e constante: “Penso, logo existo” (Cogito, ergo sum) é a célebre frase do filósofo René Descartes, publicada em 1637. Ou seja, se basta.

O ser sociológico surge com a complexidade do mundo moderno. Não é totalmente autônomo, mas formado na relação com o outro, a partir da sociedade industrial. Já o ser pós-moderno é fragmentado, sem identidade fixa, assumindo papéis distintos conforme o contexto — uma verdadeira “celebração móvel”. É até divertido analisar o comportamento dos ministros do Supremo Tribunal Federal, cujo protagonismo político atingiu um nível inédito, a partir desses conceitos.

Embora o sistema de freios e contrapesos da democracia brasileira tenha se mostrado resiliente, a forma como seus atores vêm operando tem gerado crescente rejeição social. O Supremo deixou de ser apenas árbitro para se tornar também protagonista do jogo político, justamente quando o país entra em mais uma campanha presidencial polarizada e a Corte acabou na berlinda do debate eleitoral.

É que decisões judiciais passaram a ter efeitos diretos sobre a dinâmica eleitoral. O ministro Alexandre de Moraes, ao conduzir investigações envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu entorno, tornou-se alvo preferencial da oposição e, paradoxalmente, contribuiu para reforçar a narrativa política de seus adversários. Ao mesmo tempo, o ministro Gilmar Mendes, ao propor contínuar o debate político — como a discussão sobre os limites do inquérito das fake news —, oferece munição a candidatos que defendem a justa contenção do poder da Corte.

Ao contrário do que alguns imaginam, a politização do Supremo não ocorre no espaço vazio. Foi alimentada pela própria dinâmica do sistema político, que deixa de tomar decisões ou a contestam judicializando decisões dos demais Poderes. Assim, ministros do Supremo estão cada vez mais envolvidos com a disputa pelo poder. O ministro Flávio Dino, com sua trajetória híbrida de magistrado e político, é a expressão mais acabada dessa transição. Não à toa, ao propor uma reforma do Judiciário, com base em dados concretos sobre a morosidade processual e o volume de ações, tenta neutralizar os ataques ao Supremo e deslocar a discussão do terreno eleitoral para o institucional.

### Crise de identidade

Com mais de 75 milhões de processos em tramitação, milhões de novas ações a cada ano e índices elevados de congestionamento, especialmente nas execuções fiscais, o Judiciário perde aderência em relação às demandas da sociedade. A chegada da inteligência artificial tende a agravar esse quadro, ao ampliar a capacidade de litigância. Nesse ambiente, o Supremo é pressionado a decidir cada vez mais, sobre temas cada vez mais sensíveis, o que reforça seu protagonismo — e, com ele, sua exposição política.

E o Stuart Hall? Os ministros do Supremo podem ser compreendidos como portadores simultâneos dessas três identidades. Há, de um lado, uma dimensão iluminista evidente em figuras como Alexandre de Moraes, cuja atuação parte da convicção de que cabe à Corte impor racionalidade e ordem ao sistema político. De outro, há ministros de perfil sociológico, como Flávio Dino, que operam a partir da interação entre instituições e sociedade, buscando mediações e soluções estruturais. Por fim, há os pós-modernos, como Gilmar Mendes, cuja atuação flexível, adaptativa e ambígua reflete essa fragmentação do Supremo e a deterioração do ambiente institucional.

Dá até para fazer uma enquete sobre o perfil de cada ministro. O problema é que essa combinação de perfis, em vez de produzir equilíbrio, tem contribuído para ampliar a percepção de instabilidade e politização. Quando ministros agem como iluministas em um mundo que já não comporta certezas, ou como pós-modernos em um ambiente que exige previsibilidade institucional, o resultado é a perda da confiança. O Supremo, que deveria ser o guardião da Constituição, passa a ser visto como ator político, sujeito às mesmas críticas e disputas que marcam o Executivo e o Legislativo, até porque nem sempre há coerência e previsibilidade legal nas suas decisões.

A crise do Supremo não é apenas de imagem, jurídica e institucional, é também uma crise de identidade, agravada pelo envolvimento de alguns ministros no caso Master e no debate eleitoral. Como ensina Stuart Hall, identidades em crise tendem a se fragmentar sob pressão. O desafio do Supremo é reencontrar o ponto de equilíbrio de sua autoridade, sem ceder ao protagonismo excessivo nem ser capturado pela lógica da disputa pelo Poder, que, aliás, já tem de sobra. Caso contrário, sua credibilidade permanecerá em xeque.